

Fantasmas e fantasias da modernidade portuguesa.

Agnese Soffritti, Universidade de Bolonha

Resumo

O presente paper visa propor uma abordagem crítica à modernidade portuguesa a partir dum estudo dos discursos identitários seja em literatura como na construção do espaço urbano. Se o estatuto imperial já foi consagrado como lugar de negociação da condição central ou periférica do país, cabe evidenciar que há outras dimensões a ele estritamente interligadas que medem a maior ou menor distância das representações do centro. A espacialização do tempo é a estratégia de representação com que se formula a modernidade num Portugal finissecular onde império e Europa são fetiches de compensação dum imaginário em crise.

Palavras-chaves: modernidade, século XIX, Império, Europa.

Abstract

The present work aims at proposing a critical view of modernity in Portugal through the study of narratives and the construction of the urban space. As we know, the empire is already assumed as the conceptual dimension where the central or peripheral identity of the nation is set up, nevertheless we defend that there are others aspects strictly connected that deserve our attention, in order to understand the way Portugal locate itself in the international scenario. In the construction of Portuguese modernity, time is given a space feature revealing Europe and the Empire as useful fetish to balance the decadence of the critical period.

Keywords: modernity, nineteenth century, Empire, Europe.

Margarida Calafate Ribeiro define como constante da história portuguesa a transmutação do seu maior fantasma (o império) na sua maior fantasia (a sua projecção em mapas reais ou literários desenvolvendo um papel messiânico e redentor) (Ribeiro, 2004). A minha proposta é chamar a atenção para a recorrência de um mecanismo parecido quando se fala de modernidade: com efeito as duas dimensões parecem-me estar interligadas de forma complexa. Para isto vou-me servir de alguns exemplos tirados do século XIX (o século por excelência da modernidade) que revelam como o espaço e o tempo são percebidos e construídos através de manifestações literárias, mas também arquitetónicas.

Ribeiro sublinha como “as imagens de centro construídas por Portugal vêm rodeadas de fantasmas de periferia e que, de forma simétrica, as imagens da periferia estão frequentemente imbuídas de fantasias de centro” (Ribeiro, 2004: 30). Esta confusão que faz com que na literatura se alternem representações eufóricas e disfóricas, tem implicações ainda mais sofisticadas quando estas fases compensatórias não só se alternam, como acabam também por se sobrepor, uma disfarçando a outra, e disfarçando ambas a realidade de um país semiperiférico do sistema mundo (Santos, 1994) até ao ponto de Eduardo Lourenço ter proposto uma abordagem psicanalítica para destrinçar as tenções e o submerso da identidade portuguesa (Lourenço, 1992). Boaventura de Sousa Santos como Margarida Calafate Ribeiro têm dado passos fundamentais neste sentido. Pessoalmente, sirvo-me aqui das teorias de ambos, tentando complexificar um pouco mais o quadro.

Retomo as palavras de Ribeiro “convertendo fantasmas em fantasias e fantasias em fantasmas, fomos criando imagens para «imaginar o centro»” (Ribeiro, 2004: 30): o assunto central é portanto a manutenção do estatuto de centro. Ora, na minha opinião, o império é só um dos expedientes, embora com certeza o mais crucial, da definição de centro. Também é um dos atributos fulcrais da identidade originária portuguesa, assim como foi construída ao longo de séculos de literatura e consagrada no poema épico *Os Lusíadas*. Sabemos porém que a identidade portuguesa joga-se desde sempre numa dialética de difíceis equilíbrios que tem como outro polo a Europa.

Existe uma ligação estreita entre a Europa e o Atlântico: é o conceito de modernidade¹. “Mas sou da forte Europa belicosa/busco as terras da Índia tao formosas” (Camões, 2003: I, 64, 17): na epopeia camoniana que consagra esta imagem fundadora da nação, as três dimensões são fixadas de uma vez para todas. Portugal é Império, Portugal é Europa, mas Portugal é sobretudo cabeça da Europa, a sua vanguarda em vários sentidos (Portugal é modernidade).

Entre o fim do século XIX e o princípio do século XX, deparamo-nos com um panorama totalmente distinto: perdido o Brasil, falhado o projeto do mapa-cor-de-rosa, Portugal via-se impossibilitado de representar mais uma vez o papel de povo *escolhido* para o ato da expansão. O *Ultimato* aliás marcava não só a perda desta imagem mas também a condição

¹ A esse respeito veja-se o estudo fundamental de Walter Mignolo que considera a colonialidade como a cara oculta da modernidade. (Mignolo, 2009)

de povo irrelevante nos jogos internacionais, evidenciando, relativamente ao centro da Europa, uma identidade muito mais próxima daquela dos povos colonizados do que dos povos centrais, europeus e colonizadores.

“A Europa já considera isto uma coisa defunta, espólio a repartir, iguaria a trinchar. Salvamos da gula dos comensais a rivalidade dos apetites. No dia em que se harmonizem, devoram-nos.” (Junqueiro, 1925: 147)

Esta afirmação reflecte a percepção do alheamento e do sentimento de não pertença à Europa. Em contexto peculiarmente intelectual a Geração de 70 acusava veementemente o país, considerando a impossibilidade deste de acompanhar a evolução dos países centrais:

“Nos últimos dois séculos não produziu a península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna: não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior honra do espírito moderno. Durante 200 anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial, a crítica histórica, a geologia.” (Quental, 1979: 26-27)

As causas da decadência poderiam ser lidas como as causas da falhada modernização portuguesa. Europa e modernidade com efeito parecem ser sinónimos neste contexto: e a exclusão de Portugal da modernidade, que era o que de facto caracterizava os países do Norte, implica a exclusão da Europa.²

Frequentemente, nos poemas e prosas da época, as imagens que identificam Portugal surgem por justaposição às imagens que representam a Europa definindo uma temporalidade “oposta” ao tempo da modernidade, caracterizada pelo tempo da transformação, da velocidade dos novos meios de transporte e da evolução das ideias. Esta dimensão encontra a sua manifestação num universo rural, quase especialização de um tempo que é a face negativa da espantosa civilização de que a França é emblema. Vejam-se

² “A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência: foi sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradamos, que nos anulámos. A alma moderna morrera dentro de nós completamente.” (Quental, 1979: 27)

por exemplo os poemas de António Nobre, construídos por imagens justapostas, onde as representações de Portugal são cuidadosamente e até inverosimilmente limpas de qualquer símbolo da modernização que identifica Paris.

Bairro Latino! dorme um pouco,
Faze, meu Deus, por sossegar!

Ó banzas dos rios, gemendo descantes,
E fados do Mundo!
Ó águas falantes! Ó rios andantes,
Com eiras no fundo!

Cala-te Georges, estás já rouco!
Deixa-me em paz! Cala-te, louco,
Ó boulevard!

Trepava às figueiras cheinhas de figos
Como astros no Céu:
E em baixo, aparando-os, erguiam mendigos
O roto chapéu...³

A *Lusitânia no bairro latino* (Nobre, 1983) é um poema em ausência: no momento em que Portugal se quer colocar no lugar do centro (“no bairro latino”) é que descobre a sua diferença relativamente a esse centro. Isto é o que acontecia politicamente aquando da explosão do *Ultimato*: quando o país quis colocar-se ao lado dos países centrais descobriu a sua falta de centralidade e descobriu que o seu lugar não era entre as potências colonizadoras mas antes entre os colonizados.

Se o imperialismo do fim de século pode ser encarado como a consequência dum estado avançado de capitalismo, por outro lado o grande pretexto das acções militares era a função subsidiária, “civilizadora” que os povos “desenvolvidos” levariam a cabo na África. Portugal

³ António Nobre, *António*. (Nobre, 1983: 86)

neste sentido não possuía nem os pretextos⁴ nem uma verdadeira motivação económica para se envolver na empresa⁵, as suas razões eram de ordem muito mais simbólica e de continuidade identitária: não havia uma economia em expansão à procura de novos mercados nem uma moderna cultura para exportar.

“Oh! Yes. Portugal no ter esquadrona, ni torpedeira, ni navia, ni couraçada. Portugal ser macaca d’Africa, e no poder bater-se com Inglaterra” (Fernando de Vilhena, *John Bull*, 1890 *apud* Maria Teresa Pinto Coelho, 1996).

Para reconstituir uma identidade fraturada e frágil na época em que o Portugal-ninguém de Garrett continuava a fazer-se ouvir na consciência nacional, era preciso reafirmar o papel de centro do país e para fazer isto o conceito de modernidade declinado sobretudo na sua vertente de modernização seria fundamental.

Uma rápida panorâmica sobre a produção literária e também arquitectónica e urbanística ao longo do século XIX, mas sobretudo no final dele, vai evidenciar algumas constantes relevantes para a compreensão do significado dos gestos renovadores realizados. Carlos Fradique Mendes, emblema do poeta moderno em Portugal, sendo uma personagem imaginada, torna palpável a sua presença enquanto ausência. Ele não é o produto de uma livre imaginação mas é criado a partir de um modelo determinado, ele é um “poeta satânico do Norte”. Uma das palavras chave que recorre nas obras deste e de outros escritores da época cujo lugar privilegiado de inspiração é a cidade, centro polarizador dos novos estilos de vida, será a palavra *macadam*, cuja dicção entrada no léxico comum testemunha mais uma vez a origem estrangeira dos símbolos da modernidade no próprio Portugal. Assim o léxico para definir os emblemas da nova realidade é muitas vezes importado: *cocotte*, *chic*... Saindo dos textos, será possível evidenciar uma forte presença de estrangeiros entre os responsáveis técnicos das inovações materiais da cidade⁶ e independentemente disto, a maioria dos engenheiros assim como a maioria dos intelectuais formava-se na França. Para acabar, é importante ter em consideração algumas das construções emblemáticas desta

⁴ A conquista da Índia pelos Ingleses é justa porque é civilizadora: a conquista da Índia pelos portugueses, da América pelos Espanhóis, foi injusta porque não civilizou (Antero de Quental, 1979: 59).

⁶ Os técnicos que se ocuparam do primeiro traço da linha de ferro entre Lisboa e Santarém em 1852 eram ingleses, a ponte Maria Pia no Porto leva o nome de Eiffel; o telefone era monopólio de uma empresa anglo-portuguesa, sobretudo britânica (veja-se José Augusto Frana, *Lisboa 1898*) etc...

época: a Avenida da Liberdade (1882-1886) que substituiu o Passéio Público e encontrava o seu modelo nos boulevards Haussmannianos ou o Palácio de Cristal do Porto (1865) que tinha o seu irmão gêmeo em Londres, são apenas alguns exemplos duma tendência generalizada.

O carácter emulativo e derivativo da modernidade portuguesa é uma das características que Marshall Berman identifica no assim chamado “modernism of underdevelopment” (Berman, 1982) típico dos lugares onde a modernidade é percebida como qualquer coisa de ausente, e que portanto tem que ser importada, e só num segundo momento é apropriada. Nesse caso, houve uma confusão de base entre ser moderno e ser “como” os modernos. Em relação à Avenida da Liberdade por exemplo não existia uma circulação de trânsito que justificasse tal infraestrutura na cidade. Literalmente a ansiedade de fazer parte da Europa, ou de fazer parte do “centro”, de modo a evitar uma espécie de assimilação simbólica ao grupo da periferia, levava a uma tentativa de reprodução absoluta da Europa na sua forma exterior e superficial⁷, usando a modernidade em função de fetiche.

A palavra fetiche que etimologicamente remete para um acto de magia (feitiço), qualquer coisa de presente e ao mesmo tempo ausente, parece-me uma definição muito apropriada para este contexto⁸. “Passam na rua umas carruagens lentas , com grandes arabescos dourados. São coches; as suas armas são caveiras, vão ali os mortos”. (Queirós apud Dias, 2003: 147)

A apreciação celebrativa, eufórica ou até idolátrica da modernidade é mais um elemento assinalado por Berman sob a definição de modernolatria que o mesmo Eça de Queirós regista ao falar de “hugolatria” e ao criticar a pervasividade dos modelos francese na literatura (e não só) quando totalmente decontextualizados⁹. Nesses casos, o fantasma da modernidade torna-se fantasmagoria, estrutura exterior, às vezes alucinada, fantasia que a

⁷ Passeando pela Avenida, Guilherme de Castilho afirma que “o lisboeta deixava de ser bicho e sentia-se Parisiense do Jardim das Tulherias”. Guilherme de Castilho (apud Dias, 1991: 53).

⁸ Com isto não se quer afirmar que não houve uma compreensão e uma apropriação madura da modernidade em Portugal, bem pelo contrário, mas cabe anotar as linhas peculiares com que a modernidade se manifesta no primeiro momento e de forma abrangente no país. É justamente a ela que reagiram os maiores pensadores e artistas propondo reflexões agudas e complexas que não vamos analisar aqui. Veja-se a obra de Cesário Verde, Camilo Pessanha, António Nobre por exemplo, ou um Eça de Queirós com a evolução multifacetada da sua obra. Trata-se de autores que dificilmente poderiam ser incluídos numa tendência única pelo carácter pessoal, crítico e denso das suas produções e reflexões.

⁹ “Nos teatros – só comédias francesas; nos homens - só livros franceses; nas lojas – só vestidos franceses; nos hotéis – só comidas francesas... [...] Nem nos palcos, nem nos armazéns, nem nas cozinhas, em parte alguma restava nada de Portugal. Só havia arremedos baratos da França.” (Queirós, *s.d.*: 153)

mesma literatura alimenta em função compensatória, expediente para reimaginar o centro num momento de perifericidade e declínio, fetiche de adoração que relembra uma plenitude perdida.

Este desgraçado Portugal decidira arranjar-se à moderna: mas, sem originalidade, sem força, sem carácter para criar feito seu, um feito próprio, manda vir modelos do estrangeiro [...] Somente, como lhe falta o sentimento da proporção, e ao mesmo tempo o domina a impaciência de parecer muito moderno e civilizado – exagera o modelo, deforma-o, estraga-o até a caricatura.” (Queirós, *Os maias*, s.d.: 703)

O que fica destas sobreposições, destes disfarces, de entre esboços de projetos realmente inovadores e aparatos cénicos que não tardam em revelar os bastidores de fundo? Um país que avança tropeçando a várias velocidades, reunindo em si, como é típico da semiperiferia, elementos do centro e elementos das margens, “uma cidade (e uma nação) anacronicamente presente” diria Eça de Queirós. (*apud* Silva, 1982: 93)

Por isso, durante os anos 90 do século XIX, face ao fim do mito da razão, e portanto de uma modernização que nem sempre significava progresso, e face ao fim do mito da Europa, é quase compreensível assistir à reivindicação e celebração quer das contradições que caracterizavam Portugal, quer da distância nunca totalmente apagada que a nação tinha mantido relativamente ao centro. Nas representações, multiplicaram-se os espaços rurais, mas totalmente privados de substância: tratava-se de contramitologias nascidas da impotência que levaram a perigosas derivações como o mito do “coitadinhos, mas felizes” da época salazarista. O neo-romantismo que de repente muda a face da paisagem lusitana valorizando unicamente tudo o que é rústico, vernáculo, natural, idilicamente fora do tempo, apresenta-se como mais um feitiço a ser aplicado sobre as inquietudes do presente de forma a mascarar a complexidade da realidade, disfarçando a procura de um equilíbrio entre centro e periferia difícil de encontrar.

De alguma forma, mostrando-se capaz de antecipar e obliterar as contradições que a Europa em crise estava a encarar, Portugal mostrava-se mais moderno do que o Moderno.

Para resumir: os anos 70, como a omónima Geração bem mostrou, foram os anos do “fantasma”. A modernidade como Antero de Quental denuncia, é qualquer coisa de

aparentemente ausente, perdido, se tomarmos como ponto de referência a época dos descobrimentos. As manifestações da modernidade, feitas em muitos casos numa modalidade de ser toda exterior, inconsistente, de pura aparência, revelam a sua face fantasmática. Com os neo-garretistas o fantasma torna-se porém fantasia: a percepção de uma carência (o ser-se de alguma forma fora do tempo) dá lugar a uma utopia igualmente irreal com função de recentramento.

Nisto parece-me que o imaginário do império tal como o imaginário da modernidade, quando invocados fanaticamente, desenvolve o mesmo papel: são formas e não projetos coerentes, fetiches para ser aplicados sobre uma carência que precisa de ser resemantizada. É a fantasia que eleva a utopia, viabiliza a função compensatória, criando problemáticamente aquele mito que, como dizia Fernando Pessoa, é o nada que é tudo.

Referências bibliográficas.

- Berman, Marshall (1982), *All that is solid melts into air. The experience of modernity*. New York, Simon and Schuster.
- Camões, Luís de (2003), *Os Lusíadas*, Lisboa, Instituto Camões/ Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Coelho, Maria Teresa Pinto (1996), *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Dias, Marina Tavares (1991), *Lisboa Desaparecida*, Lisboa, Quimera.
- Junqueiro, Guerra (1925), *Pátria*, Porto, Livraria Chardron-Lello&Irmão Editores.
- Lourenço, Eduardo (1992), *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Dom Quixote.
- Mignolo, Walter (2009), *La colonialidad, la cara oculta de la modernidad*, in *Pensamiento descolonial latinoamericano*, Catalog of museum exhibition: Modernologies (December, 2009), Museo de Arte Moderno de Barcelona.
- Nobre, António (1983), *Só*, (2^o ed.) com introdução de Agustina Bessa Luís, Porto, Civilização Editora.
- Queirós, José Maria Eça de (s. d.), *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Queirós, José Maria Eça de (1867), *Lisboa*, Folhetim de Eça de Queirós publicado na *Gazeta de Portugal* (13 de Outubro de 1867), em Marina Tavares Dias (2003), *A Lisboa de Eça de Queirós*, Lisboa, Quimera.
- Queirós, José Maria Eça de (s. d.), *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Edições Livros do Brasil.
- Quental, Antero de (1979), *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa, Ulmeiro.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma história de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Onze tese por ocasião de mais uma descolberta de Portugal*, in *Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos (1982), *A cidade e o campo na obra de Eça de Queirós*, em «Revista de Estudos Contemporâneos» n^o4, Porto.

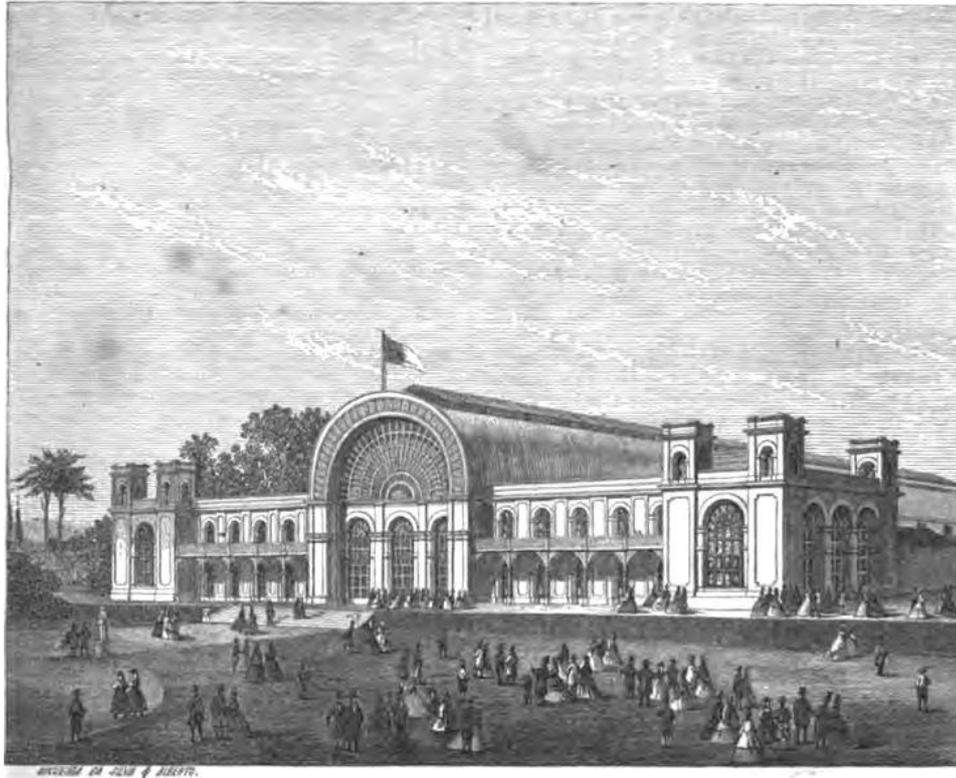
Imagens:



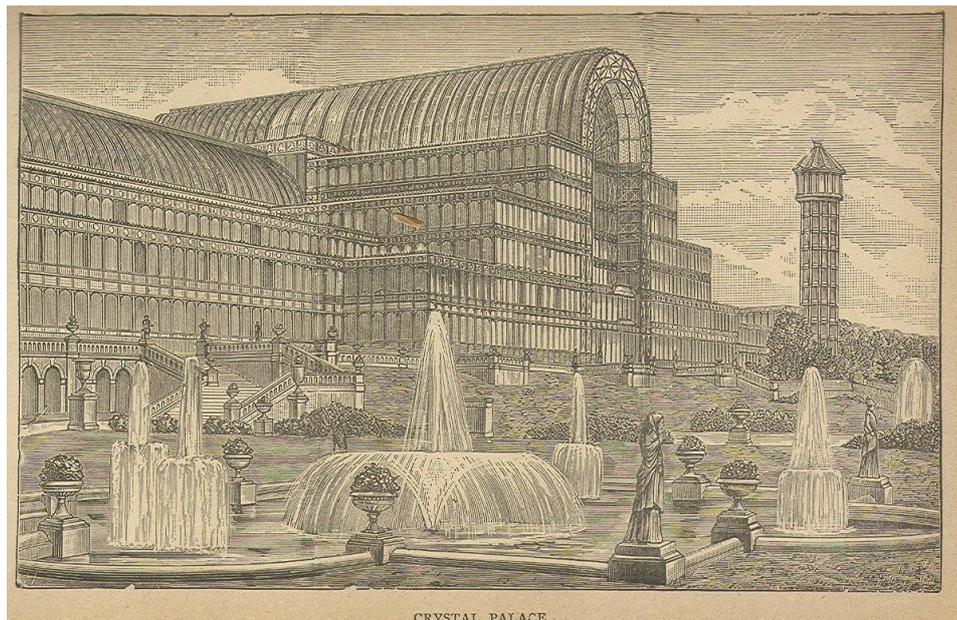
The Mischievous Monkey. «Punch», Dezembro 1889.



Postal antigo da Avenida da Liberdade.



Gravura do Palácio de Cristal do Porto publicada em 1864 no Archivo Pittoresco,



Crystal Palace de Londres.